

HABEAS CORPUS Nº 549.263 - GO (2019/0360001-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : CARLOS ELIAS DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS ELIAS DA SILVA - GO030590
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : LUCAS PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

LUCAS PEREIRA DOS SANTOS – preso em flagrante e denunciado pelos crimes dos arts. 157, § 2º, II (tentado), 180 e 288, todos do Código Penal, e 244-B da Lei n. 8.069/1990 – alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás** no HC n. 5588033.31.2019.8.09.0000.

A defesa alega, em síntese, ausência dos requisitos necessários à decretação da custódia preventiva e de fundamentação idônea.

Requer, liminarmente, a concessão da liberdade ao acusado.

Decido.

Dúvidas não há de que o deferimento da liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

No caso, da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifico que o pedido formulado se reveste de plausibilidade jurídica, **sendo o caso de deferir-se a medida de urgência.**

O Juízo de primeira instância, ao convolar o flagrante em prisão preventiva, assim se manifestou (fl. 398, destaques no original):

[...]

A prova da materialidade delitiva e indícios suficientes da autoria já foram analisados e reconhecidos, quando da homologação do flagrante acima.

Nesse passo, reputo presentes o *fumus commissi delicti* (prova da materialidade e indícios suficientes de autoria), bem como o *periculum libertatis*, que é o perigo concreto que a liberdade do suspeito, indiciado ou acusado representa

para a investigação criminal, o processo penal, a efetividade do direito penal ou a segurança pública.

Todavia é de se ressaltar que o problema dos furtos e roubos figura entre os que mais atingem a sociedade atual, vezes motivados pela tamanha desigualdade social, vezes para manutenção de vícios em drogas, que por sua vez desencadeiam casos mais graves e violentos e igualmente prejudiciais à população.

Assim, considerando que o crime atribuído aos indiciados é de extrema gravidade, bem como, havendo indícios suficientes da autoria por partes destes, pela garantia da ordem pública, tenho como presentes os fundamentos previstos no art. 312, do CPP.

Nesse interim, reputo insuficientes, por ora, as medidas cautelares alternativas, trazidas pela Lei 12.403/11.

Isso posto, com fulcro nos arts. 310, II, 311 e 312, do CPP, CONVERTO a prisão flagrancial em PREVENTIVA, em desfavor dos imputados Jhonatan Gabriel Souza Sales, Lucas Pereira Santos, Cleison da Silva Gustavo, já qualificados.

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém deve, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

O Magistrado de primeira instância referiu ser necessária a prisão do acusado, para garantia da ordem pública, ao argumento de que: "o problema dos furtos e roubos figura entre os que mais atingem a sociedade atual, vezes motivados pela tamanha desigualdade social, vezes para manutenção de vícios em drogas, que por sua vez desencadeiam casos mais graves e violentos e igualmente prejudiciais à população" (fl. 398).

A motivação é genérica, pois **deixou de apontar elementos concretos** que, efetivamente, evidenciassem que o réu, solto, pudesse colocar em risco a ordem pública, a ordem econômica, a instrução processual ou mesmo se furtar à aplicação da lei penal.

Concluo, assim, ter havido **restrição à liberdade do paciente sem a devida fundamentação** que demonstrasse a exigência

Superior Tribunal de Justiça

cautelar justificadora da custódia, o que impõe o deferimento do pedido de urgência, sob pena de essa prisão perder sua natureza excepcional e se transformar em mera resposta punitiva antecipada.

À vista do exposto, **defiro a liminar**, para ordenar a soltura do paciente, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se efetivamente **demonstrada sua concreta necessidade**, ou de imposição de medida cautelar alternativa também suficientemente fundamentada, nos termos dos arts. 282 e 319 do CPP.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor dessa decisão ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, solicitando-lhes informações que deverão ser enviadas via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**